

# REFLEXÕES SOBRE A OBRA “A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE” A PARTIR DE CORNELIUS CASTORIALIS

*Pedro Jorge de Oliveira Rodrigues\**

**Sumário:** 1 Considerações Iniciais. 2 O Marxismo: Balanço Provisório. 3 Teoria e Projeto Revolucionário. 4 A Instituição e o Imaginário: Primeira Abordagem. 5 O Social Histórico. 6 A Instituição Social-Histórica Legein e Teukhin. 7 As Significações Imaginárias Sociais. 8 Considerações Finais. 9 Referências.

**Resumo:** Recém-inaugurado um novo século e com ele a alusão de uma Pós-Modernidade em que nossa sociedade contemporânea se vê assediada. Neste contexto gravitam um saber pautado pela racionalidade e ensaiada por uma redução do conhecimento para proporções restritas de perspectivas de uma vocação que considere as vicissitudes e experiências produtos de uma evolução natural da história social, sinalizando para instituições que, em verdade, servem mais para um aparelho ideológico do que para algo capaz de transformação. O presente artigo tem como objetivo demonstrar que a instituição do imaginário tem como proposta redimensionar a sociedade, considerando uma proposta que, a partir de um conteúdo, consiga construir um método tendente a uma “ação revolucionária”, segundo uma teorização, ponderada por Marx. O método utilizado no presente artigo científico é o método de abordagem dedutivo através da pesquisa da instituição do imaginário conforme entende Cornelius Castorialis. Os resultados esperados são de que haja uma realidade efetiva e histórica com bases de um “projeto revolucionário, que comporte um “tempo como significação” e uma perspectiva metafórica de articulação. Sendo assim, verifica-se que nossa sociedade contemporânea passa necessariamente por uma mudança de paradigma a considerar não uma racionalidade como referência e sim um imaginário em que se considere o “Eu”, o “outro”, o mundo social e a metáfora como condição de vislumbrar-se novas possibilidades dentro de um contexto induzido por uma “lógica interna” do ser.

**Palavras-chave:** Instituição, imaginário, social, revolução.

## REFLEXIONS ABOUT THE WORK OF THE IMAGINARY SOCIETY INSTITUTION ACCORDING TO CORNELIUS CASTORIADIS

**Abstract:** A new century has been just inaugurated and with it the allusion of a Post Modernity in which our contemporary society sees itself importuned. In this context a knowledge gravitates ruled by rationality and rehearsed by a reduction of the knowledge to restrict proportions of the perspectives of a vocation which considers the eventualities and experiences products of a natural evolution of the social history, signaling to institutions which, in fact, serve more to an ideological apparatus than to something capable of a transformation. The main objective of the actual article is to demonstrate that the imaginary institution has as a proposal to find a dimension of the society, considering a proposal which from one content on, can build a method which tends to a “revolutionary action”, according to a theory, pondered by Marx. The method used in the present scientific article is the deductive approach method through the research of the imaginary institution in accordance to the understanding of Cornelius Castorialis. The results expected show that there is an effective and historic reality based in a “revolutionary project”, which comprehends “a time as a meaning” and a metaphor articulation perspective. Therefore, it is verified that our contemporary society has been facing a necessary modification in terms of paradigms which is not considering the rationality as a reference but an imaginary in which the “I”, the “another” is considered, the social world and the metaphor as a condition of guessing new possibilities inside a context induced by an “inner logic” of being.

**Keywords:** Institution, imaginary, social, revolution.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A obra em verdade nos remete para um momento de reflexão acerca da definição de sociedade, bem como de suas representações sociais. No prefácio dessas palavras, verificamos nitidamente as sociedades tais quais foram concebidas, apenas obedecendo a uma ordem social que reflete um efeito de reprodução de saberes e experiências, dissociados de qualquer elemento de criatividade ou inovação. E a história evolutiva da sociedade vem demonstrando exatamente essa reprodução social que tem como essencialidade a preponderância da racionalidade que nos oferece uma sensação de segurança e conforto superficiais. No entanto, essa mesma racionalidade amesquinha, o poder de compreensão da própria sociedade, relegando o viver e o fazer dos homens.

A sociedade de hoje, tal como a sociedade de ontem, traz em seu arcabouço uma área de soberania traduzida por um suposto bem-estar de toda a coletividade. Sendo assim, o grupo social interage e participa no meio social através de determinados padrões e regras de convivência que, se não cumpridos, passam a não gozar de direitos e prerrogativas das mesmas igualdades.

O imaginário que o autor procura desvendar é justamente o verdadeiro sentido que a própria história social oferece ao deixar fluir as vicissitudes, as experiências dos grupos sociais, num contexto que considere a evolução natural dos acontecimentos. Acontecimentos esses que contribuem para que uma sequência de mais outros se encadeiem e formem realizações pessoais que irão refletir em toda a coletividade.

Com isso, nossa sociedade, já em sua essência, tornou-se complexa, pois institui relações de obediência e coercibilidade induzindo os grupos sociais a terem comportamentos e atitudes a partir de técnicas condicionadas para um determinado interesse que nem sempre é o comum, resultando uma

---

\* Mestrando em direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Graduado em direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

sociedade cercada de instituições que mais reproduzem relações sociais como forma de manutenção de um suposto status “quo” das instituições.

Portanto, o título proposto pelo autor que traz a temática a instituição imaginária da sociedade visa redimensionar a sociedade para uma perspectiva não de estática e sim de uma dinâmica social capaz de reunir recursos e forças no meio social para que se possa ver-se valorizado o ser humano como um ente capaz de gerir sua história pelas próprias habilidades e características que lhe são inatas, que é reagir pelo instinto ou pela experiência frente aos desafios e construções em sua convivência social, livre de arbitrariedades.

## **2 O MARXISMO: BALANÇO PROVISÓRIO**

Ao enfrentarmos tal proposta, torna-se imperioso demonstrar que o conceito do Marxismo esta envolto por um sistema de teorias filosóficas, econômicas e políticas de um comunismo trabalhado por Karl Marx e que a noção de ortodoxia aqui aventada tem a ver com um entendimento conforme uma determinada doutrina definida.

Como bem assevera o autor, pretender-se definir o que seja e para onde caminha a sociedade, obrigatoriamente deve-se considerar a doutrina marxista. Pois esta nos condiciona a uma vigília constante sobre as instituições, assim como estão estabelecidas. Ocorre que a teoria formulada por Marx não foi estabelecida somente para que, a partir de sua teorização, pudessem estabelecer-se respostas e soluções práticas e milagrosas. Sua teorização, em verdade, perpassa a sua própria proposta social/econômica e quer nos ensinar que, mesmo os ensinamentos teóricos tendo o condão de agregar uma lógica para o sistema social, também se deve preponderar o contexto histórico e social com que a teoria atua.

O marxismo de Marx não pretendia “interpretar, mas transformar o mundo”. O marxismo tornou-se um “complemento solene de justificação”, pois procurou desvendar a essencialidade dos meios de produção que mais obedeciam a uma busca de primazia econômica. Daí a mensuração de uma distinção entre método e conteúdo. Essa dualidade nos conduz para o entendimento que não bastava mais somente se considerar o próprio fato e sim considerar o todo, relacionado com o contexto histórico.

Em verdade, é a partir do conteúdo que conseguimos observar o método, tornando-se com a junção de ambos numa unidade capaz de fomentar uma “ação revolucionária”. Dito isso nos remetemos para a parte fundamental da teoria de Marx, que é a de desmistificar o capitalismo voltado para lucros a qualquer preço e colocando os homens numa condição de subserviência na relação de trabalho e, dessa forma, “coisificando” as pessoas pelas amarras de leis exclusivamente econômicas. [1]

Temos que entender que nossa sociedade somente pode ser compreendida não a partir de um condicionamento social, mas sim de uma “relativização” das formas de maneira que se considerem tanto uma como outra. Em sendo antagônicas, ambas devem ser consideradas, num sentido de tolerância e razoabilidade. A teoria em Marx faz justamente aflorar do sistema econômico capitalista a outra forma, que é o proletariado (assalariado, trabalhador).

Neste contexto de confluência entre o capital e o proletário, surgirá uma condição favorável de mudança de paradigma de uma forma negociada e interativa de forma a possibilitar um afastamento do estabelecido culturalmente deixando fluir um espectro em que se vislumbre o contexto. [2]

Adentrando a estruturação da teoria de Marx, observaremos que ele trabalha dois elementos basilares: o revolucionário e o burocrático. O primeiro se revela pelo entendimento de que se deve privilegiar a transformação em contraposição com o interpretar e que esta condição possibilita uma dinâmica social calcada numa evolução natural da história social. O segundo indica uma ideologia que legitima uma determinada força social para dar ares de onipotência e supremacia de uma técnica quotidianamente demonstrada.

Sendo assim, verifica-se que ao vislumbrarmos o balanço provisório da instituição imaginária da sociedade, necessariamente deve-se ser considerada a partir da doutrina marxista, onde esta proporciona um espectro de um novo paradigma de “ação revolucionária”, tendente a dar sentido ao contexto histórico e social das instituições.

## **3 TEORIA E PROJETO REVOLUCIONÁRIO**

Entre a órbita do aceitável e do inaceitável, gravitam possibilidades de enfrentamento para a construção de um conteúdo que se torna compatível com a formulação de uma determinada teoria. Essa teorização vem trazer em sua estrutura um condicionamento que conduz para uma apropriação de especificidade do conhecimento adquirido e existente em cada um dos seres humanos que, em verdade, reproduzem práticas comportamentais a partir de um sincronismo racional imposto pela sociedade.

Neste contexto, a teoria de Marx trabalha a ideia de que a revolução surge como um baluarte seguro para que se possa fazer frente à estagnação existencial da humanidade. Isso é bem verdade, pois introduz uma perspectiva de renovação e oferece a oportunidade de suspeitar de uma possível teoria total,

onde se afasta a condição de não abandonar um “projeto revolucionário” ou que, de uma forma coercitiva, se conduzam as vontades ou interesses convergentes para um determinado fim específico.

Em outra banda, encontramos uma atividade que prima pelo “fazer humano”, onde a racionalidade já não se basta, e o conhecimento, por assim dizer, não está calcado na essencialidade da prática ou do técnico. [3] Nesse sentido, surge de forma natural uma dimensão social em que se reconhece o outro como uma estrutura de comunicação que coloca no seio de um paradoxo, em que as relações e experiências produzidas entre um e outro conduzem para uma renovação evolutiva a partir do “outro”. Essa dualidade “Eu” e o “Outro” remete para a compreensão de que essa distinção é o que realmente fomenta a articulação de uma possível quebra de paradigma. [4]

Avançando em nosso entendimento, temos que da “autonomia dos outros” se perfectibilizará um “fazer” que, nas palavras do autor nos conduzem à “práxis”. Essa práxis assinala que a autonomia do outro ou dos outros está condicionada dentro de uma relação que não é exterior a eles e sim na essencialidade da sua “própria autonomia”. A práxis revolucionária não pode e não deve servir de um arquétipo, pronto e acabado, mas sim recoberto de uma proposta capaz de demonstrar e desvendar soluções que se afastem da intolerância e principalmente da “incoerência”.

E, finalmente, aduzimos que um projeto está consubstanciado num entendimento de que se privilegie a ideia de argumentação discursiva de que a abordagem frente a um determinado problema não deve estar adstrito a um reducionismo lógico em detrimento das verdadeiras vocações inconscientes. O projeto revolucionário traz em sua concepção os alicerces e o embasamento abstraídos de uma faticidade real e histórica.

#### **4 A INSTITUIÇÃO E O IMAGINÁRIO: PRIMEIRA ABORDAGEM**

A visão econômico-funcional dentro da instituição tratada pelo autor nos remete a um parecer que indica para uma “modalidade” contida dentro das relações das instituições. Dito isso, se aborda a partir do entendimento de que, na verdade, estamos tratando de uma modalidade que tem como paradigma a “alienação”. Dessa alienação, que constitui a instituição em essência, é proporcionado por um saber “simbólico” que encontramos de forma efetiva na linguagem. [5]

A instituição estabelecida por meio desses contornos projeta no meio social uma verdade construída por indicativos essencialmente objetivos e formais, onde, por intermédio da juridicidade, legitima-se um entendimento manipulador de interpretação que conduz a um vazio existencial acomodado, justamente pela amordaça e pelo sentimento de segurança que as relações internas de uma determinada instituição tencionam supostamente proporcionar. [6]

O imaginário, por conseguinte, surge como um baluarte em que sua força motriz potencializa no inconsciente de cada subjetividade a argamaça rejuvenescedora que considera as reais necessidades e desejos de forma vocacionada. Essa projeção espontânea refletirá na espiritualidade de cada ser de forma a direcionar o elemento criativo para uma perspectiva que se deixe brotar o surgimento de novos significados das relações intersubjetivas no cenário das instituições.

Portanto, torna-se impossível vislumbrar um conhecimento moldado sem a concepção relacionada com o “imaginário.” Imaginário esse que proporciona um poder de criação que explicita justamente um “universo de significações” que se manifestam no seio de uma relação, donde o nós e o outro definem a verdadeira proposta de funcionalidade que, no mais das vezes, está relegada a um plano reduzido e superficial, quando encaradas essas mesmas relações na essencialidade do plano da realidade ou da racionalidade instituída.

#### **5 O SOCIAL HISTÓRICO**

O social histórico desde os seus primórdios sempre esteve carregado e, por assim dizer, impregnado de um saber que sempre se baseou num pensamento em que a história e o social têm sua existência dimensionada única e exclusivamente por um exclusivismo da compreensão de um determinado objeto social ou histórico permeado por um determinismo em si mesmo. Daí resulta que no transcurso da evolução histórico-social do pensamento foi construído de forma a indicar apenas uma única proposição, o que não é bem uma verdade, pois, como se vê, o objeto em si não se basta, e necessário se torna a mensuração de “variantes” que possibilitem uma composição ou combinação de saberes, aptos a serem recepcionados por respostas mais adequadas, a partir de referenciais oriundos da faticidade histórica. [7]

Transcorridos vários séculos, verificou-se que o homem tem sua existência calculada a partir da sociedade. Sociedade essa que se traduz pela ambiência da cidade. Nesse contexto, o indivíduo passa a ter sua identidade e ser reconhecido perante os outros dentro de um contexto legitimador esculpido num modelo de homem que acomoda as características colaborativas esperadas pela sociedade como sendo uma parcela de sacrifício para que o indivíduo se torne um ser integrado em sociedade. Com isso, à

medida que o tempo avança, o fator evolutivo da sociedade evoluiu na mesma proporção em que as relações sociais são construídas dentro de um contexto social previamente circunscrito. [8]

No sentido oposto, temos o indivíduo prenhe de realizações que, por intermédio da “alteridade”, se fomenta e se conduz a uma gama de compreensibilidade para um caminho que desmascara uma prática mesquinha de uma suposta coletividade que prepondera uma ideologia de acomodamento do saber social e não proporcionando a devida oportunidade, justamente dessa troca de experiências pautada a partir de uma consideração da individualidade com propósito de inserir no contexto histórico a verdadeira transformação tão esperada e almejada por todos.

Como corolário da alteridade, temos o fator “tempo”, que é uma perspectiva desejável de noção espacial que, dimensiona os fatos sociais, numa condição de mensuração, regularidade e consolidação do verdadeiro sentido do imaginário instituído entre o Eu e o outro. [9]

Tais indicativos revestem-se, na verdade, como pressupostos inacabados e que o “tempo como significação” nos preleciona uma sociedade que esta baseada necessariamente numa efetividade que possibilite uma história em que haja uma participação de todos os entes envolvidos, comprometidos, como bem assevera o autor, por uma “autoalteração” social e histórica.

Portanto, o social histórico indica-nos o contexto em que a convivência social esta associada a uma comunhão de esforços que passam necessariamente pela consideração do outro.

## **6 A INSTITUIÇÃO SOCIAL-HISTÓRICA LEGEIN E TEUKHIN**

A instituição do social-histórico, que tem a intenção de ter a razão como seu maior expoente, deixa entrever nessa assertiva o entendimento de que a abstração da realidade é essencialmente formada pelo modelo racional de observar as relações sociais. Na verdade, essa compreensão apresenta-se muito mais nefasta no momento em que se analisam as causas e suas finalidades dessa pretensão que, no mais das vezes, condicionam um não social ou um não saber, pois se esquece da subjetividade.

A herança de concepção do ser foi nos legada desde a civilização grega que, com a genialidade de uma cultura milenar propôs a individualidade do ser a partir de um ser determinado, que esta adstrito ao “legein” e o “teukhin”, sendo estes a mensuração do falar e o que se fala das determinações. E, esse entendimento se consolidou no ocidente através do racionalismo da razão. Essa racionalidade que amolda e conduz todo o comportamento humano a uma condição de estagnação evolutiva histórica.

Sendo assim, nesse contexto, a instituição do “legein” vem dar a possibilidade de uma condição de estrutura capaz de fornecer uma linguagem de comunicação num “escolher”, num falar, a partir de uma lógica identitária. A sociedade tal qual foi concebida evolui e modifica-se tendo como baluarte um signo donde se forma uma significação de valores.

O instituído e o instituinte a partir do “legein” e do “teukhein”, como já referido anteriormente trazem no primeiro a ideia do falar social e o segundo a ideia de construção desse falar em sociedade, se tornando oportuno no contexto da coletividade social como algo que possa ser compreendido e transmitido para o estabelecimento da própria sociedade. Tal entendimento coloca o conjunto das significações numa condição de complementaridade ao substrato do imaginário social, sendo este o fato gerador do objeto comunicacional instituído. [10]

Portanto, o “legein” e o “teukhein”, respondem por uma organização do imaginário a partir de descrições de uma orientação ora geral do mundo globalizado, ora particular oferecida pelo localismo das referencias sociais imaginárias. O adequado é que consideremos a verdadeira vocação do imaginável, considerando que o direito é algo limitado e que ao apropriarmos determinado saber, estaremos nos apoderando da natureza, causando um engessamento e acomodação social, produzindo uma racionalidade compartimentada de saber.

## **7 AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS**

A provocação que o autor nos coloca já nos primeiros parágrafos é justamente para indagar sobre a questão dos limites de abrangência da “lógica identitária ou conjuntivista”. Ocorre que a identidade ou o conjunto apresentam-se dentro de um cenário de diversidade. Ilustrativamente o autor refere como paradigma as regiões e suas peculiaridades. Aqui, vê-se que, mesmo existindo diferenças estruturais entre uma região e outra, nada impede que estas se comuniquem e ajam de uma forma organizada. A partir daí, surge uma dualidade que fomentará uma dialética que produzira um saber com novos significados sociais. [11]

No interior de cada organização, existe um estrato capaz de gerar uma força que impulsiona os demais estratos. Esse estrato em essência é formado por um magma que condiciona uma matriz capaz de construir um número variado de outras organizações conjuntistas. Efetivamente, tudo o que é posto, dado pelo magma, na verdade dá uma representação de significados, delineando, dessa forma, a instituição social-histórica do mundo.

O discurso que se forma surge a partir de uma figura de linguagem empregada justamente num sentido figurado, através do uso da expressão “tropo”. Disso notaremos que não existe sentido próprio e sim o “aleatório”, o “metafórico”.

As significações imaginárias sociais e a instituição da sociedade obrigatoriamente deverão pautar-se pelo aspecto natural que é oferecido pela matriz orientadora do “magma”, refutando, conseqüentemente, a essencialidade do aspecto social. Pois, ao fazermos essa abstração, não estaremos tratando fatos sociais como coisas e sim como uma condição que incorpore novos significados, para que os indivíduos em sociedade sejam considerados personagens de suas próprias criações e pertencentes a uma entidade “concreta”.

Portanto, as significações imaginárias sociais se perfectibilizam através de uma soma de esforços conjugados retirados da individualidade de cada um, tendo como escopo criar um modelo social em que prepondere o conteúdo referencial social e histórico da junção da coletividade a partir do substrato do individual. Tal intento posiciona-se na perspectiva de um direcionamento em que os recém-novos significados incorporados sejam considerados numa dimensão em que a linguagem considerada deva obrigatoriamente ter a flexibilidade e o sentido de abertura, vislumbrada justamente pelo inconsciente imaginário.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do articulado e da proposta temática proposta pelo autor em sua obra *A Instituição Imaginária da Sociedade*, somos levados a acreditar e, a partir das considerações iniciais, nos posicionarmos de forma opinativa e inclinarmos para o entendimento de que o imaginário social é estruturado dentro de um universo de possíveis significados que não têm nada a ver com um signo pronto e acabado. O imaginário traz, sim, na verdade, em seu bojo, um sentido complementar e secundário para que justamente se possa adicionar ou associar ao signo um sujeito e um objeto. Dessa união, surgirá uma relação social que formará uma rede de indivíduos, cada um proporcionando uma comunicação linguística, considerando também a faticidade do “outro”, e esta linguagem reflete, em sua essência, o “dizer do mundo” e não algo posto como um paradigma inevitável e entabulado de acordo com regras pré-estabelecidas.

Por outro lado, nenhum indivíduo está obrigado a obedecer a essas representações de significados ou ter que se comprometer com o sistema social da sociedade em questão. Ocorre que é justamente essa inquietação que redimensiona a questão sobre a instituição imaginária da sociedade. Em verdade, dessa assertiva se alimenta outras indagações acerca do que é adequado, ou seja, considera a sociedade como um todo ou atribuir-se um outro significado de forma que se fragmente o significado conduzido aí apenas por um indivíduo ou por determinado grupo social. As significações, por conseguinte, devem ser repensadas no interior de uma dinâmica em que prepondere o verdadeiro sentido da realidade.

Temos que pensar o imaginário de significações da sociedade isentos de uma significação que prima pela especialização. É preciso respeitar as vicissitudes naturais, preponderando a originalidade social-histórica da sociedade, considerar inclusive a metáfora como forma de dizer o sujeito o objeto de maneira a dar uma outra conotação de percepção e legitimação social. Essas considerações se tornam hábeis para que esses instrumentos do originário e do metafórico mantenham acessa a chama da modificação, transformação, a qual é imprescindível para a dinâmica e a sobrevivência do indivíduo em sociedade.

Assim, nas palavras e na busca incessante do autor sobre a essencialidade da sociedade e, aproveitando-se desse mesmo entendimento, o autor assevera que a sociedade é constituída por uma instituição imaginária, capaz de influenciar a complexidade das relações sociais e dimensionar a vida social como algo concreto e servindo de instâncias realmente reconhecidas.

## **9 REFERÊNCIAS**

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*; tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*; tradução [de] Paulo Menezes. 2 ed. Petrópolis: vozes, 1993.

KANT, Immanuel; *Crítica da razão pura*; tradução de Valério Rohden, Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia. raça e história; totemismo hoje*; traduções de Eduardo P. Graeff, Inácia Canelas, Malcom Bruce Corrie. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MARX, Karl. *Sociologia. (Org.) [de] Octavio Ianni*; tradução Maria Elisa Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto Pellegrini. 4 ed. São Paulo: Ática, 1984.

WARAT, Luis Alberto. O ofício do mediador. Florianópolis: Habitus, 2001.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva; tradução [de] Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

---

- [1] MARX, Karl. Sociologia; (Org.) [de] Octavio Ianni; tradução Maria Elisa Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto Pellegrini. 4 ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 179.
- [2] MARX. Op cit p. 41.
- [3] MARX. Op cit p. 175.
- [4] WARAT, Luis Alberto. O ofício do mediador. Florianópolis: Habitus, 2001. p. 208.
- [5] HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do espírito; tradução [de] Paulo Menezes. 2 ed. Petrópolis: vozes, 1993. p. 38.
- [6] CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade; tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.142.
- [7] LÉVI-STRAUSS, Claude. A noção de estrutura em etnologia. raça e história; totemismo hoje; traduções de Eduardo P. Graeff, Inácia Canelas, Malcom Bruce Corrie. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 65.
- [8] CASTORIADIS. Op cit p. 212.
- [9] KANT, Immanuel; tradução de Valério Rohden, Udo Balduur Moosburger. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 312.
- [10] CASTORIADIS. Op cit. p. 277-299.
- [11] WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva; tradução [de] Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 519.